

## PIBID DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES PARA APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR

*PIBID SPECIAL EDUCATION: AN EXPERIENCE OF ACTIVITIES OF ADAPTATION FOR SUPPORT FOR SCHOOL INCLUSION*

*Bruna Rafaela de BATISTA<sup>1</sup>*

*Márcia DUARTE<sup>2</sup>*

*Juliane Ap. de Paula P. CAMPOS<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é apresentar as atividades que foram resultantes do trabalho de uma bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) - Educação Especial. Participaram do estudo uma professora que lecionava em uma classe do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal localizada em uma cidade de médio porte do interior paulista, e um aluno com síndrome de Down. Foram realizadas adaptações de atividades dos conteúdos curriculares, com intuito que o aluno com síndrome de Down participasse de todas as atividades propostas. O objetivo das adaptações era de proporcionar acessibilidade aos conteúdos das disciplinas de Português, Matemática e Ciências ao aluno com síndrome de Down nos. Foram utilizados uso de letras pontilhadas para desenvolver a escrita do aluno e seu registro das atividades realizadas, como também, recursos como computador, ábaco e criações de projetos temáticos. As adaptações de atividades dos conteúdos elaboradas pela licencianda da educação especial e a professora da sala comum foram de grande contribuição para o processo de aprendizagem do aluno com síndrome de Down. Os resultados apontam que o trabalho colaborativo foi eficaz no apoio à inclusão escolar.

**PALAVRAS - CHAVE:** Educação especial. Inclusão escolar. Síndrome de Down.

### INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado em 2007 pelo Ministério da Educação, integrado às políticas públicas do PDE (Plano de Desenvolvimento de Educação), realizado por meio da parceria da Secretaria de Educação Superior – SESU, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (BRASIL, 2013).

As atividades do programa se iniciaram no ano de 2008 com propostas de projetos de iniciação à docência, tendo como propósito incentivar a docência de licenciandos das instituições de ensino superior, preparando na formação para atuação na educação básica pública. (BRASIL, 2010).

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. Endereço eletrônico: bru\_tifa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Psicologia-DPsi, curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEEs da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Endereço eletrônico: marciaduar@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Psicologia-DPsi, curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Endereço eletrônico: jappcampos@gmail.com

Nesta perspectiva, o PIBID – UFSCar tem como intuito desenvolver, de forma compartilhada e colaborativa, atividades que contribuam na formação inicial dos licenciandos e na formação continuada dos professores da Educação Básica, visando à melhoria do processo de ensino - aprendizagem dos alunos da escola. (SOUSA, 2013).

Deste modo, cada subprojeto participante do programa desenvolve atividades tanto no domínio específico de sua área como também atividades interdisciplinares, buscando contemplar: reflexões e desenvolvimento de “situações de aprendizagem” e outros temas curriculares; fortalecimento das relações escola/ aluno/ comunidade; desenvolvimento curricular; reflexões sobre a avaliação; sensibilização dos alunos para a aprendizagem e valorização do conhecimento; e abordagem das relações entre Educação e Trabalho.

Mediante as ações que o programa propõe, espera-se que o subprojeto de licenciatura em Educação Especial possibilite aos seus licenciandos a experiência de sua formação, nos embates com a prática, a partir de necessidades que vão surgindo, e por meio de orientações com seus supervisores e outros colegas, possam acrescentar seus conhecimentos, conscientizados por uma formação permanente, responsável, e estabelecida por parcerias que visam resolver dificuldades colocadas pela prática. (DUARTE; CAMPOS, 2013).

As ações do PIBID/Educação Especial são refletidas e elaboradas de forma interdisciplinar junto às escolas, amparadas nos eixos temáticos projeto institucional da UFSCar; além do trabalho colaborativo em sala de aula (professor do ensino comum e bolsista da educação especial) e elaboração de adaptação curricular.

As ações que os bolsistas devem desenvolver durante o período do projeto são: levantar e caracterizar as demandas da escola referente aos alunos Público alvo da Educação Especial - PAEE<sup>4</sup>; elaborar, orientar, e aplicar adaptações curriculares em parceria com os professores regentes; realizar em sala de aula observação participante, trabalho colaborativo junto ao professor, apoio aos alunos, e possíveis intervenções diretas com o aluno PAEE; elaborar material didático, como por exemplo, apostilas de apoio, textos de leitura, vídeos, entre outros; organizar e aplicar atividades interdisciplinares, por meio de projetos, seminários, palestras informativas, exibição e discussão de filmes; participar de reuniões pedagógicas, atividades de planejamento, reuniões em que visem contribuir com o ambiente educacional; buscar promover e fortalecer a parceria família/ escola; participar de reuniões de estudo na Universidade com os coordenadores, supervisores e bolsistas; buscar fortalecer as interações sociais entre os alunos PAEE e seus pares, professores e funcionários da escola, através da realização de atividades interdisciplinares; registrar as atividades desenvolvidas na escola; promover espaços para compartilhar as experiências e conhecimentos constru-

---

<sup>4</sup> O termo *público-alvo da educação especial* (PAEE), correspondente à seguinte população escolar (1) estudantes com deficiência, (2) transtornos globais do desenvolvimento e (3) altas habilidades ou superdotação, descrita pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. (BRASIL, 2013).

idos sobre a inclusão escolar dos alunos PAEE, de modo colaborativo entre escola, universidade-comunidade. (SOUSA, 2013).

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 assegura às pessoas com deficiência a inclusão no sistema educacional, em escolas públicas ou particulares, no sistema regular de ensino ou em instituições especializadas. (BRASIL, 1989).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece em seu artigo 58 que a educação especial é a “[...] modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 1996). No artigo 59, prevê-se que os sistemas de ensino devem assegurar a esses estudantes no âmbito pedagógico e curricular: (a) currículo, métodos, técnicas e recursos educativos; e, (b) professores com especialização adequada. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a legislação brasileira vem garantir o acesso educacional dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino. Como podemos ver tal concepção também nos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo eles:

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.8)

Porém, para que a educação inclusiva seja realizada com qualidade, essas ações devem ultrapassar ainda muitas barreiras, para que o ato legislativo chegue efetivamente ao ambiente escolar. Assim, se verifica a necessidade de mudanças na estruturação deste ambiente para que se torne definitivamente inclusivo e não integracionista, e o PIBID em sua proposta da Educação Especial tem buscado através de suas atividades promover tal processo.

Segundo Mendes (2006), a problematização da educação especial no Brasil, não está somente no que se refere à falta de acesso na rede regular de ensino, mas também na falta de profissionais qualificados, práticas pedagógicas adaptadas e recursos que visem o pleno desenvolvimento do educando.

O Programa de Iniciação à Docência - PIBID nos cursos de licenciatura pode oferecer para os alunos bolsistas, práticas para possíveis reflexões no que tange o ambiente escolar, a fim de contribuir significativamente na formação docente.

Uma das propostas da educação especial no referido programa é proporcionar ações colaborativas com os professores da sala comum e bolsistas da educação especial, por meio da elaboração de adaptações de materiais e de conteúdos, que possibilitem o aprendizado dos alunos público alvo da Educação Especial.

O ensino colaborativo ou coensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes. Ele emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Assim, ao invés dos alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido colaborar com o professor do ensino regular. (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011)

A participação da autora desse relato no programa referiu-se em construir com a professora da sala regular de ensino uma ação colaborativa no decorrer do ano de 2014, sendo realizado através dessa parceria adaptações de atividades dos conteúdos curriculares.

De acordo com Perrenoud (2001), as estratégias de ensino utilizadas pelo professor da sala regular de ensino devem ser adaptadas às características de seu alunado. Segundo Blanco (2004) é importante levantar as possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência, os fatores favorecedores e as necessidades que eles apresentam, podendo assim, ajustar as intervenções e apoios pedagógicos.

Segundo Mills (2003), a educação escolar do aluno com síndrome de Down é uma atividade complexa, a qual é necessário, adaptações curriculares que requerem o acompanhamento dos professores.

Kozma (1986) define a síndrome de Down como uma desordem cromossômica que se caracteriza pela existência de um cromossomo extra ou parte de um cromossomo extra, causando uma triplicação ao invés da duplicação do material genético referente ao par cromossômico 21.

Sendo assim, verificasse a necessidade de adaptações nas atividades para que os alunos com síndrome de Down tenham acesso aos conteúdos do currículo escolar. As adaptações curriculares de pequeno porte promovidas na classe durante o ano a partir do trabalho colaborativo puderam contribuir para o processo de aprendizagem do aluno público alvo da educação especial, facilitando sua compreensão diante o conteúdo apresentado.

Deste modo, este trabalho visa relatar as atividades realizadas pela bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) - Educação Especial, durante o ano de 2014, em uma sala de aula do 2º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Carlos, com um aluno com síndrome de Down.

## DESENVOLVIMENTO

O trabalho foi realizado no ano de 2014, em uma sala de aula do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo-SP, com um aluno com síndrome de Down.

A sala de aula tinha 20 alunos matriculados, com idade entre 7 a 8 anos, comunicativos e participativos, sendo observada boa interação entre os mesmos, assim como também interesse e satisfação na realização das atividades propostas. Por se tratar de um segundo ano, as aulas eram voltadas à alfabetização e letramento, por meio de uma ação pedagógica que assegurasse nesse período, o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento estabelecidas, como por exemplo, Matemática, Artes e Ciências.

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 4/2008, a alfabetização e o letramento devem ser realizados nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo necessária, uma ação pedagógica que desenvolva o aprendizado estipulado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2008).

As atividades do Programa de Iniciação à Docência - PIBID/Educação Especial tiveram início no começo do mês de março de 2014, na qual, o objetivo das atividades da bolsista foi de conhecer o alunado da classe, construir com o professor uma ação colaborativa, elaborar adaptações necessárias para aprendizado do aluno público alvo da educação especial e contribuir para o aprendizado dos demais alunos.

Primeiramente, foi estabelecido contato com a professora, e foram explicados os objetivos do programa. Após esta etapa, a bolsista iniciou as observações na sala de aula. As observações tinham como foco a atuação da professora com o aluno com síndrome de Down e os demais alunos, e os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Para iniciar o trabalho, a bolsista procurou observar o contexto da sala de aula, a prática da professora e quais as dificuldades e as potencialidades do aluno com síndrome de Down. Segundo as observações o aluno acompanhava as atividades oralmente, porém tinha dificuldade na coordenação motora fina. A professora incentivava participação de todos os alunos, procurava que os alunos tivessem interação entre si, promovendo atividades lúdicas, e buscando que aluno com síndrome de Down participasse de todas as atividades.

Sendo proposta do PIBID - Educação Especial a colaboração entre o professor e o bolsista, durante o ano, a bolsista procurou trabalhar juntamente com a professora nas atividades realizadas em classe.

Para tal, em momentos específicos, os registros das observações foram compartilhados com o professor da sala comum, na intenção de viabilizar as reais necessidades do aluno com síndrome de Down.

As atividades acompanhadas pela bolsista foram nas disciplinas de Português, Matemática e Ciências, onde geralmente eram realizados: escrita, leitura, interpretação, resolução de problemas, criação de materiais, entre outros.

As atividades eram elaboradas pela professora em parceria com a bolsista e juntas pensavam nas possíveis aplicações das atividades para o aluno com síndrome de Down. A parceria e interação da bolsista com a professora foi melhorando ao longo do ano, visando sempre o aprendizado do aluno público-alvo da educação especial e dos demais alunos.

Segundo Gately e Gately (2001), as fases identificadas no desenvolvimento do ensino colaborativo são: Inicial: onde a comunicação é cautelosa; os professores criam limites e tentativas de estabelecer uma relação profissional entre si; de comprometimento: quando a comunicação torna-se mais frequente e interativa, possibilitando que os professores construam o nível de confiança necessário para o ensino colaborativo; o educador especial tem papel mais ativo na sala de aula; colaborativo: os professores se comunicam e interage abertamente, um complementa o outro.

A partir da proposta de trabalho colaborativo, estabelecida com a professora no decorrer do ano, foi possível a realização de adaptações de atividades dos conteúdos curriculares elaboradas pela professora e bolsista, que se referiu ao trabalho para desenvolver a escrita do aluno e seu registro das atividades realizadas, como também, a utilização de alguns recursos, como computador e Ábaco (Figura 1), e a elaboração de maquetes em projetos, que visaram à participação do aluno com síndrome de Down nas atividades propostas, assim como os demais alunos.



Figura 1: Ábaco construído pelos alunos, com o auxílio da professora e bolsista (utilizado nas aulas de Matemática, para contas de adição e subtração).

Fonte: arquivo pessoal

Como apresentado pela Figura 1, o ábaco foi um dos recursos construídos que teve o intuito de colaborar para aprendizagem de todos os alunos. Para essa realização,

a professora e a bolsista conversaram sobre a elaboração do material e ajudaram os alunos na construção do mesmo.

O ábaco foi de grande contribuição nas aulas de matemática, para a resolução de contas de adição e subtração. Para o aluno com síndrome de Down esse recurso foi fundamental, visto ser um material concreto que colaborou no desenvolvimento de raciocínio lógico perante as atividades apresentadas.

Mediante o trabalho realizado pela bolsista do PIBID com a colaboração da professora, observou-se que o aluno com síndrome de Down apresentou avanços significativos no decorrer do ano, em relação ao seu desenvolvimento educacional, a qual, no início do ano, o aluno apenas pontilhava letras grandes, o que foi sendo diminuída gradativamente, como também, já apresentando algumas grafias sem o uso do pontilhado (Figura 2 e 3).

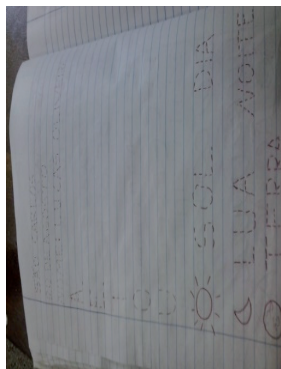


Figura 2: Escrita pontilhada pela bolsista

Fonte: arquivo pessoal

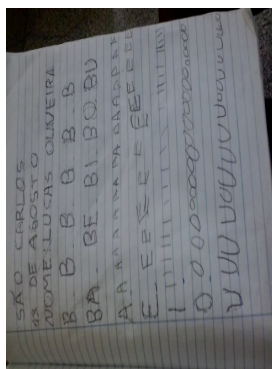


Figura 3: Escrita pelo aluno através do pontilhado e sem o uso deste.

O repertório do aluno referente às letras e aos números apresentou uma grande melhoria, e mesmo que grande parte dos alunos já estava alfabetizada, o aluno com síndrome de Down nunca deixou de participar de nenhuma atividade proposta em sala de aula.

Outro exemplo de adaptação foi na disciplina de ciências, em que foi elaborado vários projetos tendo em vista a participação do aluno com síndrome de Down, assim como todos os alunos. Esses projetos foram elaborados em colaboração entre a bolsista e a professora da sala regular. Os temas trabalhados foram O sistema solar e Plantas. Para realização destes projetos foram realizadas apresentações interativas (Figura 4), jogos, elaboração de maquetes e livros (Figura 5, 6 e7).



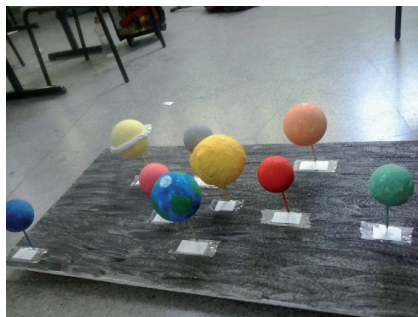
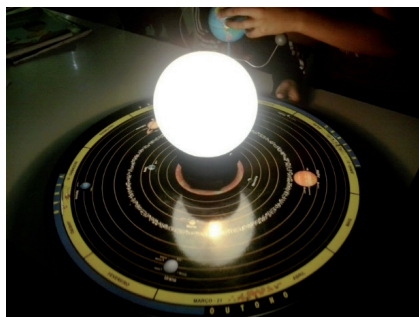


Figura 4: Planetário para apresentação interativa; Figura 5: Sistema Solar com bolas e placa de isopor  
Fonte: arquivo pessoal



Figura 6: Livros – Flor, elaborados pelos alunos 2º ano. Figura 7: Parte da Pétala, do Livro – Flor, elaborado pelo aluno com síndrome de Down, com pontilhado para sua escrita/registro.  
Fonte: arquivo pessoal

Todas as atividades realizadas nas disciplinas de Português, Matemática e Ciências, acompanhadas pela bolsista do PIBID de Educação Especial, foram organizadas para o aprendizado de todos os alunos da sala de aula. A utilização de recursos e realizações de projetos foram essenciais para o aprendizado do aluno com síndrome de Down, assim como também para os demais alunos.

Ressalta-se que a utilização de novas estratégias de ensino foi significativa e favoreceu não somente os alunos público-alvo da educação especial e sim a todos. Deste modo, o trabalho colaborativo e a elaboração das adaptações de atividades dos conteúdos curriculares através das ações do PIBID – Educação Especial pode contribuir expressivamente com o processo de ensino e aprendizado do aluno com síndrome de Down, e dos demais alunos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Iniciação à Docência – PIBID dentro do curso de licenciatura em Educação Especial busca oferecer para os graduandos, práticas para possíveis reflexões referentes ao ambiente escolar, com o objetivo de contribuir com a educação escolar.

Nesse caso, foi possível verificar que a colaboração entre a professora da sala comum com a bolsista graduanda pode fazer total diferença quanto à qualidade da aquisição dos conteúdos curriculares.

Nota-se que os conteúdos foram adaptados em prol do aprendizado de todos os alunos, e que para os alunos com síndrome de Down, como é o caso do aluno acompanhado, as necessidades de aprendizagem não devem ser consideradas de forma diferente dos outros alunos sem deficiência.

O trabalho colaborativo e a elaboração das adaptações de atividades dos conteúdos curriculares por meio das ações do PIBID – Educação Especial pode contribuir no processo de ensino e aprendizado do aluno com síndrome de Down, favorecendo sua compreensão diante o conteúdo apresentado.

A participação e as parcerias entre as ações desenvolvidas pelo programa na escola contribuíram para a formação da bolsista enquanto educadora especial, como também, verificou a importância do comprometimento dos profissionais no ambiente escolar, sendo está essencial para o desenvolvimento dos alunos.

Como garantido pela legislação brasileira, a escola diante de seu papel formador deve estabelecer um ambiente propício ao aprendizado de todos seus alunos considerando suas peculiaridades. Com este relato de experiência, ressalta-se que o PIBID na área de Educação Especial perante esse contexto, busca trabalhar para contribuir significativamente no ambiente educacional para o apoio a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial.

BATISTA, Bruna Rafaela de; DUARTE, CAMPOS, Márcia; Juliane Ap. de Paula P. Pibid Special Education: an Experience of Activities of Adaptation for Support for School Inclusion. *Educação em Revista, Marília*, v. 17, n.2, p. 73-84, Jul.-Dez. 2016.

**ABSTRACT:** This work it is an experience report, whose objective is to presentation the activities that were the result of the work of a student of the Institutional Program for Teaching (PIBID) - Special Education. The study included a teacher who teaches in a class of 2nd year of elementary school to a public school located in a medium-sized city in São Paulo State, and a student with Down syndrome. The curricula activities were adapted with the intention that the student with Down syndrome could taking part in all the activities proposed. The aim of the adjustments was to provide accessibility to the contents of Portuguese, Mathematics and Science to the student with Down syndrome. Dotted letters were used to develop the writing of the student and his record of activities, but also features use of computer, abacus and creations of thematic projects. The Adaptations of

content activities developed by the undergraduated of special education and the class teacher were of great contribution to the student learning process with Down syndrome. The results show that collaborative work was effective in supporting educational inclusion.

**KEY WORDS:** Special education. School inclusion. Down syndrome.

## REFERÊNCIAS

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 4/2008, 2008*. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva. Brasília, DE, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais Especiais*, 2000.

BRASIL. *Lei nº 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Planalto Central, 1989.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 set. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.219, 24 de junho de 2010. Lei que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 de junho de 2010.

BRASIL. *Relatório da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB*, 2013. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014-relatorio-DEB-2013-web.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.796*, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, 2013.

DUARTE, M.; CAMPOS, J. Ap. de P. P. *Subprojeto do Curso de Licenciatura em Educação Especial/ PIBID/UFSCar*. EDITAL Nº 061/2013/CAPES. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

GATELY JR, S. E.; GATELY, F. J. *Understanding coteaching components*. The Council for Exceptional Children, v. 33, n. 4, p. 40-47, 2001.

KOZMA, C. What is Down syndrome? In: STRAY-GUNDERSEN, K. (Org.). *Babies with Down syndrome - a new parent guide*. USA: Woodbine House, 1986. p. 1-21.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 33, p.387-559, set./dez. 2006.

MENDES, E.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educar em Revista*, Curitiba, número 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

MILLS, N. D. *A educação da criança com Síndrome de Down*. In: SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Down. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003. p. 232-262.

PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUSA, M. do C. de. *Projeto Institucional do PIBID/UFSCar*. EDITAL N° 061/2013/CAPES. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.<sup>5</sup>

---

Recebido em: 16/12/2015

Aprovado em: 05/07/2016

